

ESCOLA DE GUERRA NAVAL

CC (T) Solon Canes da Silva

PERSPECTIVAS GEOPOLÍTICAS CONTEMPORÂNEAS DA AMÉRICA DO SUL:
A PRESENÇA ESTRATÉGICA FRANCESA E DO REINO UNIDO NA REGIÃO DAS GUIANAS E NO
ATLÂNTICO SUL

Rio de Janeiro

2022

CC (T) Solon Canes da Silva

PERSPECTIVAS GEOPOLÍTICAS CONTEMPORÂNEAS DA AMÉRICA DO SUL:
A PRESENÇA ESTRATÉGICA FRANCESA E DO REINO UNIDO NA REGIÃO DAS GUIANAS E NO
ATLÂNTICO SUL

Monografia apresentada à Escola de Guerra Naval, como requisito parcial para a conclusão do Curso Superior.

Orientador: CMG Alexandre Rocha Violante

Rio de Janeiro
Escola de Guerra Naval
2022

AGRADECIMENTOS

Agradeço, inicialmente, a Deus, pelo suporte para a conclusão de mais um projeto e de um passo tão importante em minha carreira naval.

A minha mãe, Maria Izaura e ao meu padrasto Pompilho, por terem me dado amor, carinho e ensinado o caminho da humildade, que tem norteado a minha conduta e carreira.

Ao meu irmão, Dionízio, pelas agradáveis conversas e pelo seguro apoio familiar nas horas difíceis, que muito me ajudaram no transcorrer do curso.

A minha esposa Keyla, pelo amor e carinho que sempre motivaram as minhas lutas diárias, e pelo sacrifício que fez para que eu pudesse me dedicar a este curso da maneira mais tranquila possível. Te amo, meu amor.

Aos meus filhos Brunno e Brunna, pelo constante amor e incentivo, ingredientes que potencializaram e tornaram possível chegar até este momento de minha carreira. Amo vocês.

A minha nora Marcela, e aos meus netos Pedro e Liz, pela esperança que trazem e pela renovação da família, fatores estes que motivaram ainda mais a realização dessa etapa de vida militar. Amo vocês.

A minha nora Stephanie, pela colaboração, apoio e consideração em minha luta diária para execução das tarefas.

Ao Capitão de Mar e Guerra Rocha Violante, meu Orientador, pela paciência, pelo conhecimento transmitido e pelas seguras orientações que nortearam a elaboração deste trabalho.

Ao Corpo Docente da Escola de Guerra Naval, em especial a Capitão de Mar e Guerra (RM1-T) Chiara e ao SO-Ref-ET Rodrigues, pelo profissionalismo nas orientações, correções e direcionamentos, imprescindíveis para a consecução deste estudo.

A minha Turma do C-Sup/2022 pelos profícuos diálogos à distância, que proporcionaram novas experiências a todos, assim como pela amizade e a cooperação dispensadas, que contribuíram sobremaneira para a consecução deste importante projeto.

RESUMO

Frente a nova dimensão estratégica na região das Guianas e no Atlântico Sul e tendo em vista a sua importância para os interesses de diversos Estados, dentre estes a França e o Reino Unido, representados nesta pesquisa pela Guiana Francesa e pelo arquipélago das Ilhas Malvinas, respectivamente, intentou-se analisar as implicações dessa visão para o exercício da soberania brasileira, em virtude de haver recursos naturais já descobertos e outros ainda a serem explorados nessas áreas, além da posição geoestratégica que oferecem. Visando alcançar o objetivo aventado, no presente trabalho foi proposto responder quais são os desafios que o Brasil enfrenta como potência média, periférica e de projeção regional no continente Sul-americano. A metodologia empregada foi a de revisão bibliográfica, em que se pretendeu apresentar uma outra perspectiva sobre o assunto pesquisado, propondo novas interpretações e análises. Para tal, o método utilizado foi o exploratório de extenso material bibliográfico e de documentos que sustentassem as análises decorrentes do objetivo principal e específico da monografia.

Palavras-chave: Atlântico Sul. América do Sul. Brasil. Presença Militar. França. Reino Unido.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AJB	Águas Jurisdicionais Brasileiras
BREXIT	Grã-Bretanha + Exit
CGS	Centro Espacial Guianês
CNES	Centro Nacional Francês de Estudos Espaciais
CNUDM	Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar
CSNU	Conselho de Segurança das Nações Unidas
ECO-92	Conferência Mundial sobre o Meio Ambiente
END	Estratégia de Nacional de Defesa
ESA	Agência Espacial Europeia
EUA	Estados Unidos da América
LBDN	Livro Branco de Defesa Nacional
LEPLAC	Plano de Levantamento da Plataforma Continental Brasileira
MB	Marinha do Brasil
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
MRE	Ministério das Relações Exteriores
MSA	Mísseis Superfície-Ar
OND	Objetivos Nacionais de Defesa
ONU	Organização das Nações Unidas
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PCE	Plataforma Continental Estendida
PND	Política Nacional de Defesa
PROSUB	Programa de Desenvolvimento de Submarinos
TIAR	Tratado Interamericano de Assistência Recíproca
UE	União Europeia
ZOPACAS	Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	7
2	O REINO UNIDO E OS SEUS INTERESSES ESTRATÉGICOS NO ATLÂNTICO SUL	9
2.1	Pressupostos teóricos.....	9
2.2	A presença militar nas Ilhas Malvinas.....	11
2.3	A influência do petróleo nas Ilhas Malvinas.....	13
2.4	A saída do Reino Unido do bloco econômico e político europeu.....	15
2.5	Algumas considerações da Seção 2.....	16
3	GUIANA FRANCESA E A PRESENÇA ESTRATÉGICA DA FRANÇA NO CONTINENTE SUL AMERICANO	16
3.1	Algumas considerações geopolíticas.....	17
3.2	A presença militar da França no continente Sul-americano.....	18
3.3	O patrimônio natural da França na Amazônia.....	21
3.4	O Centro Espacial Guianês (CGS).....	22
3.5	A internacionalização da Amazônia e os movimentos de autonomia administrativa.....	23
3.6	Algumas considerações da Seção 3.....	24
4	OS DESAFIOS PARA A LIDERANÇA REGIONAL DO BRASIL NA AMÉRICA DO SUL	25
4.1	A importância da Amazônia e do Atlântico Sul para a Defesa Nacional brasileira.....	26
4.2	Situação geopolítica do Brasil no Atlântico Sul.....	28
4.3	Reino Unido e França – os desafios para o Brasil no seu entorno estratégico.....	30
4.4	Algumas considerações da Seção 4.....	33
5	CONCLUSÃO	34
	REFERÊNCIAS	36

1 INTRODUÇÃO

A proposta desta pesquisa foi a de fazer um levantamento em termos geopolíticos da Região das Guianas e do Atlântico Sul, a fim de demonstrar a influência do Reino Unido e da França em suas possessões ultramarinas e os interesses pelos recursos naturais estratégicos, assim como a manutenção de pontos geoestratégicos para o emprego de suas políticas e projeção de poder.

O Reino Unido¹ em função da questão das Ilhas Malvinas² com a Argentina, permanece como um foco gerador de tensão na região, o que pode revitalizar o litígio devido a sua saída do bloco econômico e político europeu. Desse modo, compreende-se que a presença militar do Estado nessa área abarca alguns objetivos, como a proteção de seus territórios ultramarinos e de pontos estratégicos destinados ao apoio logístico em suas possessões, além da possibilidade de operação militar em áreas circunvizinhas a estas últimas.

Por sua vez, a França goza do privilégio geoestratégico da utilização em comum com países da comunidade europeia da importante base de lançamento de foguetes em *Kourou*, cidade localizada na Guiana Francesa, o que já justificaria manter uma presença militar na região. Além disso, o bloco europeu tem em seus espaços geopolíticos parte da floresta amazônica, uma vez que a França faz parte desse bloco, o que tem reforçado a retórica ecológica de muitos políticos e atores ambientalistas de outros países, quanto à necessidade de proteção internacional dessa área de grande interesse econômico e estratégico.

O poder marítimo, segundo Mahan³ (1890), era crucial para a grandeza dos países e implicava em dispor de uma grande força naval, com o intuito de alcançar o comando do mar, o que impedia a ameaça ou a interferência de outros países ao seu comércio. É nesse contexto que este estudo visou compreender e evidenciar a presença

1 Reino Unido é o conjunto de países formados pela Inglaterra, País de Gales e Escócia (mais a Irlanda do Norte), cujo nome oficial é Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte. Para efeitos deste trabalho, as referências utilizadas serão empregadas com a nomenclatura abreviada de Reino Unido.

2 As Ilhas Malvinas estão localizadas abaixo do paralelo 50º S, cerca de 740 quilômetros a leste da Argentina e a 480 km a noroeste extremo sul da América do Sul. Constituem-se em um arquipélago formado por duas ilhas maiores e outras 200 ilhas menores, que totalizam uma área de 8.704 km².

3 O Almirante Alfred Thayer Mahan (1840-1914), nascido em *West Point* em 1840, foi um oficial da Marinha dos Estados Unidos e famoso historiador naval, estrategista e teórico da geopolítica, tendo exercido fascínio e influência em diversas gerações de militares e líderes políticos em assuntos atinentes ao Poder Marítimo.

militar britânica no Atlântico Sul e os seus objetivos políticos, econômicos e estratégicos em seus territórios ultramarinos.

No momento atual, observa-se que a geopolítica é constantemente caracterizada por pressões e intervenções no cenário internacional, no qual se busca incrementar apoio à tomada de decisões dos Estados, quanto à utilização de seus espaços marinhos e terrestres, bem como de áreas de interesse estratégico. Por isso, se faz necessário compreender que a Guiana Francesa desfruta de uma posição geográfica e estratégica de grande potencial e a França, como administradora desse departamento ultramarino, possui contingente e instalações militares que evidenciam sua presença militar nessa região, a fim de dar suporte à segurança e defesa.

Sendo assim, para atender ao objetivo proposto, este trabalho foi estruturado em cinco seções, para que permitisse ser elaborada uma análise, a fim de contextualizar o tema com os interesses das duas potências aliadas europeias já mencionadas.

Dessa forma, após esta introdução, a segunda seção contempla o Reino Unido e os seus interesses geoestratégicos, apresentando os pressupostos teóricos ao abordar os aspectos conceituais sobre o poder marítimo e a geopolítica, evidenciando sua presença militar no arquipélago das Ilhas Malvinas. Além disso, mostra a influência do petróleo na região e a possibilidade de retorno da tensão pela posse do arquipélago, com a saída dos britânicos do bloco econômico e político europeu.

Na terceira seção é analisado a presença estratégica da França no continente Sul-americano, em seu departamento ultramarino da Guiana Francesa. Além disso, apresentam-se algumas considerações geopolíticas atinentes ao tema, evidenciando a presença militar francesa e inferindo sobre o patrimônio natural da França na Amazônia. Identifica-se, também, nesta seção, o centro de lançamento de foguetes de *Kourou*, e analisa-se, brevemente, a internacionalização da Amazônia e os movimentos de autonomia administrativas reivindicados na Guiana Francesa.

Na quarta seção são apresentados os desafios para a liderança regional do Brasil na América do Sul, assim como a importância da Amazônia e do Atlântico Sul para a Defesa Nacional, à luz do que preveem os documentos que tratam desse assunto. Além disso, será analisada a situação geopolítica do Brasil e os desafios a serem enfrentados com advento da presença das duas potências exógenas, no seu entorno estratégico.

Por fim, a última seção traz as considerações finais a respeito do estudo

realizado, apresentando posições conclusivas quanto ao tema que deu origem a este trabalho acadêmico.

2. O REINO UNIDO E OS SEUS INTERESSES ESTRATÉGICOS NO ATLÂNTICO SUL

Muitos povos tiveram seus destinos determinados por sua posição geográfica em relação ao mar, inspiradas pela possibilidade de serem espaços abertos de interconexão com diversos pontos no mundo, comercial e estrategicamente. Em consonância com essa conjectura, o Reino Unido é uma nação insular soberana, situação que lhe condicionou adquirir uma vocação marítima e induziu os britânicos a alcançarem a posição de maior império do mundo no século XIX, com colônias espalhadas por todo o globo, para subsidiar as suas necessidades comerciais e de produção.

Diante disso, neste capítulo é abordada a presença estratégica do Reino Unido e seus interesses geopolíticos e econômicos em suas possessões ultramarinas na área do Atlântico Sul, compreendidas em parte do cordão de ilhas no qual se insere o arquipélago das Ilhas Malvinas.

2.1 Pressupostos teóricos

O Almirante Mahan expunha que a exploração das riquezas do mar é feita pelos Estados que possuem o domínio do mar, pois quem dominasse o mar, dominaria o mundo por meio de seu Poder Naval. Assim, essa exposição se coaduna, também, com outro pensamento de Mahan, no qual a função das Marinhas era o de exercer o controle do mar a partir de seu completo domínio (MAHAN, 1890; VIOLANTE, 2015).

Mahan possui em sua trajetória acadêmica uma extensa bibliografia, compostas por livros e artigos, sobressaindo como pontos fortes de sua teoria a cunhagem e a evangelização da expressão *sea power* (poder marítimo), evidenciando que os seus elementos do Poder Marítimo são importantes até hoje. Ele era considerado como o “Evangélista do Poder Marítimo”, alcunha denominada por Sprout (1973, *apud* REZENDE, 2018).

A partir desse entendimento, pode-se evidenciar que o Poder Marítimo aventado por Mahan sustentava-se em três perspectivas político-econômicas: na forte economia

produtiva, pois ele acreditava na capacidade de produzir bens em uma economia nacional robusta, que estimularia o intercâmbio comercial com outras nações. Outro ponto seria a marinha mercante, mais especificamente o transporte de bens realizados pelas embarcações comerciais de uma nação. O terceiro aspecto reside na obtenção e manutenção de colônias, vistas como necessárias por aspectos econômicos – a comercialização de produtos – e militares, como bases de apoio para navios militares e mercantes (MAHAN, 1890; VIOLANTE, 2015).

Segundo a ideia desenvolvida por Mahan, o entendimento que um Estado dispunha sobre a utilização de sua área marítima tinha relação direta com o seu declínio ou progresso, levando aqueles com vocação para o mar a tirar proveito dessa condição e ter êxito no registro de suas histórias (COSTA, 2018). Dessa forma, observa-se que a teoria de Mahan teve relevância na formação de gerações de pensadores no tocante ao poder marítimo, inspirando nações como o Reino Unido a utilizar essa ideia para justificar a sua hegemonia no controle do mar pelo mundo todo, uma vez que a manutenção do poder naval se mostrava fundamental.

Assim, faz-se necessário conceituar poder marítimo e poder naval, a fim de que seja dado um melhor entendimento acerca do tema, sobre o qual se pode arguir que o poder naval é, ao mesmo tempo, o componente militar do poder marítimo e o componente marítimo do poder militar. Dessa forma, ele é mais restrito e se manifesta como poder especificamente militar, enquanto que o poder marítimo é mais abrangente e se concretiza na capacidade política, econômica e militar de uma potência em usar o mar (MELLO, 1997 *apud* VIOLANTE, 2015).

Dessa forma, pode-se inferir que as estratégias de emprego do Poder Naval e Marítimo possibilitam que um Estado desenvolva e mantenha capacidades navais para estabelecer o comando dos oceanos, projetando poder, como fora apregoado por Mahan. Ainda de acordo com ele, a localização geográfica das posições estratégicas é um dos principais enfoques na edificação do Poder Marítimo, pois estabelece o controle das linhas de comunicação marítimas de interesse do Estado, gerando proveitos para o emprego do Poder Naval, podendo influenciar no desencadeamento do combate naval (MATTA, 2019).

Ao se voltar o olhar para o Reino Unido, percebe-se que este Estado conquistou importantes territórios ao longo de seu expansionismo, principalmente, de regiões que apresentavam grande possibilidade de extração de riquezas naturais a futuro e arquipélagos

que possuíam potenciais posições geoestratégicas. Assim, na condição de grande potência, eles conceberam pelo mundo um sistema de apoio para a sua projeção de poder, especialmente pelo viés naval, baseado principalmente nos seus territórios ultramarinos, que detém grande importância estratégica como império estabelecido, principalmente, no século XIX e início do século XX.

2.2 A presença militar nas Ilhas Malvinas

A presença militar do Reino Unido no Atlântico Sul está diretamente ligada à expansão imperial britânica entre os séculos XVIII e XIX. Ao longo do século XIX, os britânicos buscaram estruturar uma estratégica rede de possessões insulares no Atlântico Sul, por meio de um cordão de ilhas que foram conquistadas ainda no período dos descobrimentos. Destas, permanecem em destaque as Ilhas Malvinas, Geórgia do Sul e Sandwich do Sul, visto que ainda são objetos de disputa de soberania com a Argentina, constituindo-se no principal foco de tensão político-militar interestatal na região (SILVA, 2018).

Para manter os seus domínios no Atlântico Sul, o Reino Unido necessitou atender alguns princípios indispensáveis: concentração de forças, uma posição central em relação às forças inimigas, pontos de operação e por fim, a posse de linhas de comunicação marítimas e bases de apoio. Desse modo, por estarem localizadas no Atlântico Sul, estas posições servem de apoio permanente às suas Forças Armadas que atuam na área em comento. Segundo Tossini (2021), a presença britânica no Atlântico Sul foi estimulada, em parte, pela ascensão comercial e industrial do Reino Unido, na segunda metade século XVIII e início do XIX, que fomentou a instalação de bases ultramarinas em apoio ao seu crescente Poder Marítimo.

Assim, para conseguir manter o controle efetivo sobre esses pontos de apoio estratégicos, o Reino Unido possui forças atuando permanentemente nas Ilhas Malvinas⁴. Segundo Silva (2018), a Força Aérea Real britânica mantém operando naquela base quatro aeronaves *Eurofighter Typhoon*, uma aeronave de transporte C-130 e uma aeronave VC-10 para reabastecimento em voo. Além desse apoio aéreo, há baterias de Mísseis Superfície-Ar (MSA) *Rapier* que se encontram posicionadas pelas duas ilhas principais, assim como um contingente militar de 1.200 homens.

4 A Guerra das Malvinas foi um conflito que resultou na grande operação realizada pelo Reino Unido no Atlântico Sul em 1982, em resposta ao o ataque argentino que intencionava retomar a soberania sobre o arquipélago, não sendo objeto de recuperação de influência perdida do poderio naval na qual ostentava a Marinha Real até o início do século XX (FERNANDES, 2011 *apud* CARVALHO, 2017).

Ademais, a base aérea *Wideawake*, localizada na ilha de Ascensão, desempenha um ponto de apoio logístico valioso para as forças militares britânicas desdobradas no Atlântico Sul. Em atuação conjunta com a base aérea de *Mount Pleasant*, o Reino Unido pode fortalecer militarmente as Malvinas ao menor sinal de movimentação ou hostilidade por parte de uma eventual força militar argentina (SILVA, 2018). Complementando esse aparato, a Marinha Real mantém ainda um navio de patrulha, um navio de apoio logístico e uma fragata ou contratorpedeiro em patrulhamento permanente nessa região, para dar continuidade a sua presença militar e no estabelecimento de um controle relativo das águas.

Desse modo, Tossini (2021) entende que a presença militar do Reino Unido nas Ilhas Malvinas passou por três períodos distintos, que evidenciam as mudanças ocasionadas em seus efetivos militares mantidos na região do arquipélago, a fim assegurar a sua posição geoestratégica: 1) primeiro momento do pós-guerra das Malvinas (1982) até a retomada das relações diplomáticas com a Argentina em 1990, quando esse efetivo militar passou de menos de 70 militares antes da guerra, para a casa dos milhares nos primeiros anos após o conflito; 2) segundo momento entre 1990 e meados dos anos 2000, que foi um período de apaziguamento das animosidades entre Londres e Buenos Aires, que resultou em um menor número de militares na região; e 3) terceiro momento que se inicia na segunda metade dos anos 2000 e ganha fôlego na década de 2010, quando se observa um desenvolvimento discreto, tanto nas forças militares quanto nos investimentos militares do Reino Unido.

Ainda nesse sentido, o Reino Unido anunciou, em 2015, que pretendia gastar em torno de £ 280 milhões (R\$ 1,3 bilhão) nos dez anos seguintes, a fim de reforçar a defesa das Ilhas Malvinas, uma vez que a Argentina não desistira de reivindicar a sua soberania. Na ocasião, o então secretário de Defesa do Reino Unido Michael Fallon afirmou que o capital a ser investido serviria para: enviar às ilhas dois helicópteros de transporte para serem usados em casos de emergência; substituir os mísseis antiaéreos por outros mais modernos; e melhorar o sistema de comunicações da base militar nas Malvinas. Segundo Fallon, os investimentos seriam a prova do empenho que o Reino Unido estava demonstrando para garantir o direito dos moradores da ilha de determinar seu futuro e estilo de vida, contra possíveis ameaças que pudessem surgir (YANAKIEW, 2015).

Nesse cenário, observa-se que a Argentina continua reclamando a soberania das Malvinas na Organização das Nações Unidas (ONU), argumentando que as ilhas, herdadas dos espanhóis, foram ilegalmente ocupadas pelos britânicos há quase dois séculos (1833).

Ela tem exigido do Reino Unido o cumprimento de várias resoluções da ONU para que os dois países uma solução negociada para a disputa pela soberania do arquipélago.

Além disso, os argentinos dizem que as Malvinas estão entre as últimas colônias do mundo, mas o Reino Unido rebate que não há nada para discutir, uma vez que os moradores da ilha decidiram num plebiscito manter-se sob sua proteção, permanecendo no atual cenário. Assim, fazem valer o princípio da autodeterminação dos povos, que confere a estes o direito de autogoverno e de decidirem livremente a sua situação política.

Conforme já mencionado, esse plebiscito se tornou referência obrigatória e, em 11 de março de 2013, uma grande maioria dos 1.672 residentes das ilhas Malvinas que estavam habilitados a votar, foram às urnas e responderam “Sim” ao questionamento expresso na cédula de votação: “Você quer que as ilhas Malvinas mantenham sua atual condição política de Território Internacional do Reino Unido?”, registrando, assim, resultado favorável ao Reino Unido. Entretanto, a legitimidade do plebiscito é questionada pela Argentina e pela maioria dos países latino-americanos (VIDIGAL, 2014), sendo a posição do Brasil favorável ao pleito argentino no âmbito das organizações internacionais.

2.3 A influência do petróleo nas Ilhas Malvinas

Segundo Bragatti (2015), a Argentina almeja se desenvolver e alçar a posição de potência marítima, a fim de defender suas águas marítimas e tentar reaver a soberania sobre o arquipélago das Malvinas, tentada no último conflito contra o Reino Unido. Além disso, a ex-ministra da Defesa Argentina (2005-2010), Nilda Garré, acredita que a presença militar e a exploração econômica dos recursos da região pela potência do Norte, estrategicamente tão próximo a costa argentina, são fatores passíveis de tensões (GARRÉ, 2009 *apud* BRAGATTI, 2015).

Além desse fato, a descoberta de petróleo na região ainda representa um entrave econômico e estratégico para dar solução ao conflito. Ao se analisar historicamente as divergências dessa contenda é possível compreender o contexto que promove as duras políticas argentinas sobre a questão, que culminou na Guerra das Malvinas em 1982 e que também fundamenta a recusa do governo de Buenos Aires em aceitar a autodeterminação da população malvinense.

Carvalho (2016) compreende que o Reino Unido possui interesse no arquipélago das Malvinas como uma possível alternativa de riquezas, como é o caso do petróleo e outros

recursos naturais, por isso, o controle e a presença no Atlântico Sul são fundamentais para a exploração e proteção, o que justificaria os consideráveis investimentos militares britânicos na região. Cabe ressaltar que, anteriormente a guerra de 1982, estudos realizados ao norte das Ilhas Malvinas mostraram-se positivos quanto à presença de bacias petrolíferas no arquipélago, indicando que o petróleo não é um tema novo no debate sobre a soberania das ilhas, apesar de serem incertas as condições locais de exploração e a viabilidade comercial para competir e dar lucro (MARGHERITIS, 1992 *apud* VIDIGAL, 2014).

As Ilhas Malvinas constituem uma posição geopolítica e estratégica de suma importância para o Reino Unido, que aproveitou a oportunidade decorrente do conflito com a Argentina para incrementar a renovação e manutenção de seu Poder Naval. Segundo Carvalho (2016), após as descobertas de petróleo na bacia norte, a geopolítica ensejou novos debates acerca da posse britânica das Ilhas Malvinas, o que tem elevado o interesse da Argentina em promover junto à comunidade internacional, por meio de protestos formais e nos foros de organismos internacionais, a discussão relacionada à soberania do Reino Unido sobre as ilhas e os seus anseios de retomada do arquipélago.

Nessa compreensão, os países-membros do Mercosul⁵ divulgaram uma declaração conjunta em que repudiavam a exploração de hidrocarbonetos pelo Reino Unido na plataforma continental argentina, próxima às Ilhas Malvinas, que foi assinado pelos presidentes dos países-membros e associados do bloco, constando que as atividades não foram autorizadas pela Argentina. A intenção dos países-membros com essa declaração foi de reiterar comunicados internacionais assinados em outras ocasiões, relacionados aos direitos de disputa atinentes a soberania do arquipélago pelos argentinos com os britânicos, além de terem manifestado interesse regional para que o Reino Unido se dispusesse a retomar as negociações com a Argentina, a fim de que fosse encontrada uma solução pacífica e definitiva para a disputa (CHAGAS, 2015).

Dessa forma, como um recurso econômico a ser explorado no entorno das Ilhas Malvinas, o petróleo deve ser incluído no elenco de causas da crise e da guerra de 1982, embora não tenha sido um dos principais motivos. Entretanto, pode ter atuado como incentivo ao governo de Buenos Aires para forçar o avanço das negociações junto às Nações Unidas, assim como forçar a então chefe de governo, Margareth Thatcher (1979-1990),

5 O MERCOSUL é uma organização intergovernamental de integração regional, formado inicialmente pela Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai.

convencer o parlamento da necessidade de uma intervenção armada na região do arquipélago (VIDIGAL, 2014).

2.4 A saída do Reino Unido do bloco econômico e político europeu

A saída do Reino Unido da União Europeia⁶ (UE) recebeu a alcunha de *Brexit*, abreviatura originada na língua inglesa que é resultante da junção das palavras *BRITAIN* (Grã-Bretanha) e *EXIT* (saída). Nesse contexto, há sob a soberania britânica no ultramar dois territórios que vão gerar dificuldades na era pós-*Brexit*: Gibraltar que é reivindicado pela Espanha, e o arquipélago das Malvinas, que estando fora da Europa e da mediação diplomática do Velho Mundo, poderá se tornar um problema que vai requerer muita atenção nos eventos pós-*Brexit* no Atlântico Sul (ALENCASTRO, 2019).

Este é um assunto em torno do qual há relevância e farto debate, uma vez que se trata de situação inédita no cenário europeu, e que tem gerado, ainda, especulações quanto às consequências da separação e como isso influenciará o cenário internacional. Carvalho (2020) afirma que o efeito do *Brexit* nas Malvinas, com a saída do Reino Unido da UE, impacta o destino de produtos do arquipélago que perde o acesso privilegiado ao bloco europeu.

Segundo Alencastro (2019), há uma preocupação dos 3.400 habitantes ingleses das Malvinas com a saída do Reino Unido do bloco europeu, em virtude de receberem subsídios da UE e exportarem grandes quantidades de peixe, lã e um terço da carne da região para os 27 países da Europa continental. Com a saída, impostos de importação terão de ser pagos nesses países.

Apesar disso, os habitantes das ilhas não buscam parceiros, tendo em vista que o Reino Unido lhes garante boa fatia de compra de produtos destinados à exportação, além de gerir sua defesa e segurança contra invasores externos. Isso justifica, por exemplo, o comparecimento no plebiscito de 2013, em que a opção pelo sentimento britânico vem como forma de retribuição ao investimento e confiança depositada pela tomada de decisões de Londres, mas que poderá mudar com o que vier a ocorrer em relação ao *Brexit* (CARVALHO, 2020).

6 União Europeia (UE) é um bloco econômico que reúne 27 Estados do continente europeu, desempenhando também a função de união política e monetária, atuando nas esferas econômica, política e jurídica dos seus países-membros.

Ademais, Carvalho (2017) assevera que pela incerteza do alcance dos efeitos que o *Brexit* poderá ocasionar para a economia malvinense, as exportações destinadas ao mercado consumidor europeu encontram nos países da América do Sul, em especial o Brasil, a oportunidade da abertura de mercado para a região do arquipélago, bem como para as demais possessões, além do próprio Reino Unido.

2.5 Algumas considerações da Seção 2

Por fim, a derrota no conflito armado das Ilhas Malvinas, que custou a vida de 655 argentinos e 255 britânicos, teve como uma de suas consequências imediatas à queda do governo militar argentino em 1983. Entretanto, a Argentina continua reclamando a soberania das Malvinas nas Nações Unidas, argumentando que as ilhas, herdadas dos espanhóis, foram ilegalmente ocupadas pelos britânicos há quase dois séculos. Segundo Carvalho (2016) esse conflito significou uma mudança no modelo de estratégia político-militar utilizado pelo Reino Unido no Atlântico Sul, que a revisou e buscou dar maiores incrementos, no intuito de dar proteção aos seus interesses.

Assim, as Ilhas Malvinas poderão voltar à pauta no âmbito do acordo comercial entre o Reino Unido e a UE, uma vez que os seus territórios ultramarinos ficaram de fora da discussão no *Brexit*, podendo voltar a gerar tensão entre o governo de Londres e o de Buenos Aires, em virtude de o primeiro ter perdido o apoio da UE, quando se desmembrou do bloco.

No próximo capítulo é abordado outro Estado europeu que marca presença estratégica no Atlântico Sul, a França, por meio da Guiana Francesa, que detém grande importância geoestratégica para a UE, em razão dos franceses fazerem parte desse bloco.

3. GUIANA FRANCESA E A PRESENÇA ESTRATÉGICA DA FRANÇA NO CONTINENTE SUL AMERICANO

O Oceano Atlântico tem como consequência de sua dimensão espacial uma importância econômica considerável, em virtude dos recursos naturais que são encontrados em suas águas e na plataforma continental, além de possibilitar a sua utilização como via de comunicação marítima entre áreas de intenso dinamismo econômico.

Nesse prisma, destaca-se a porção do Atlântico Sul que teve a sua importância geopolítica gradualmente potencializada a partir da expansão ultramarina realizada pelos europeus no século XV para a conquista de territórios na América, África e Ásia, tornando-se, em seguida, uma das principais rotas de comércio mundial.

Ademais, historicamente a região sul do Oceano Atlântico está intimamente ligado ao desenvolvimento da navegação em mar aberto, que, a partir do final do século XV, foi incrementada com o domínio marítimo britânico nos séculos XVII, XVIII e XIX, dando origem a um cordão de ilhas que permanece sob domínio inglês até os dias atuais.

No entanto, o Reino Unido não é o único Estado europeu que mantém presença estratégica como domínio no Atlântico Sul. Nessa mesma condição, a França manteve seu interesse no continente Sul-americano por meio da Guiana Francesa, que possui *status* de Departamento Ultramarino, em uma posição privilegiada, tanto no continente quanto no Atlântico Sul, além de manter uma relevante posição geoestratégica para a UE, em virtude dos franceses fazerem parte desse bloco econômico e político.

Além disso, mantém contingente e instalações militares que, comumente, não são levados em consideração nas análises realizadas quanto à presença militar de atores exógenos no continente Sul-americano (SILVA, 2018). Assim, neste capítulo, aborda-se a presença estratégica da França, assim como os interesses geoeconômicos e seus desdobramentos em relação à exploração da Amazônia francesa.

3.1 Algumas considerações geopolíticas

Para Becker (2005), a geopolítica é um campo de conhecimento que analisa as relações entre poder e espaço geográfico, sendo caracterizada pela presença de pressões de todo tipo e intervenções no cenário internacional, que vão desde as mais brandas, até as guerras e conquistas de territórios. Afirmou, ainda, que essas ações tinham como ator principal o Estado, pois ele era entendido como a única fonte de poder e representação política.

Nessa mesma vertente, muitos foram os autores com suas mais diversificadas teorias sobre geopolítica que conjecturaram sobre o poder terrestre, tendo Mackinder⁷ como seu principal autor, e o Almirante Alfred Thayer Mahan (1840-1914) como seu

7 Halford John Mackinder foi um geógrafo, acadêmico e político inglês, considerado um dos fundadores da geopolítica e geoestratégica.

expoente e pioneiro em relação ao poder marítimo. Teorias essas que se tornaram clássicas e seguidas por muitos estudiosos do assunto, assim como também foram ferramentas abalizadoras de muitos Estados na construção de suas políticas nacionais (ASSIS, 2008).

Assim, ter o controle de territórios é um conceito importante para os Estados, porque isso lhes proporciona poder econômico e apoio militar. Por isso, pode-se depreender que se trata de um jogo geopolítico que já havia sido observado por Mackinder. Ele havia elaborado, em 1904, uma teoria de grande relevância para a geopolítica durante décadas no século passado e que, agora, parece estar de volta.

Em sua teoria Mackinder defendia a tese de que o controle dos mares não mais representava a chave do poderio das nações marítimas. Desse modo, destacava, pioneiramente, o desenvolvimento da dimensão terrestre nas evoluções geopolíticas em geral e, também, no fenômeno da guerra em particular. Em seu pensamento, expunha que a oposição ao tradicional poder marítimo, com advento da máquina a vapor aplicada aos transportes sobre trilhos era possível de ser concebido, anunciando uma nova configuração no mapa europeu a partir dos interesses apresentados pelos poderes alemães e russos (ROCHA, 2016).

Segundo Assis (2008), as concepções de Mackinder são consideradas um grande marco teórico da geopolítica clássica, além de grande formuladora da teoria geopolítica e geoestratégica do poder terrestre, constituindo-se numa poderosa ferramenta de análise da política de poder dos Estados, tendo estimulado a construção do processo de suas políticas externas. Já o geopolítico prussiano Friedrich Ratzel⁸, na obra “O mar como fonte de grandeza dos povos”, de 1900, defendia que uma grande potência necessitava ser, simultaneamente, naval e terrestre, influenciada pela teoria do poder marítimo de Mahan (Penha, 2011).

Assim, pode ser inferido que a França tem a seu favor essas duas condições, o que, em caso de tensão na Guiana Francesa, poderão ser empregados esses dois poderes no espaço e tempo que lhe aprouver, a fim reagir a qualquer desentendimento que possa ameaçar seus interesses estratégicos e econômicos no continente Sul-americano.

3.2 A presença militar da França no continente Sul-americano

8 Friedrich Ratzel (1844-1904) foi um geógrafo e etnólogo alemão, considerado notável por ter criado os termos “Espaço Vital” e “Geografia Política”.

Situada no Nordeste da América do Sul, entre o Suriname e o Brasil, a Guiana Francesa é um departamento ultramarino da França que ocupa uma área de 86.504 km², sendo seis vezes menor que a metrópole. A adição do adjetivo francesa à palavra Guiana originou-se da acomodação linguística do período colonial, quando haviam três Guianas: a inglesa, atual República da Guiana; a holandesa, atual Suriname; e a francesa.

Por atuar como um departamento ultramarino, a Guiana Francesa merece atenção quando o assunto é segurança, uma vez que em seu território está localizada a base naval francesa *Dégrad des Cannes*⁹, assim como um espaçoporto francês para lançamentos de foguetes. Além dessas estruturas, ainda possui uma base aérea que comporta helicópteros visando à segurança e, por vezes, caças *Mirage*¹⁰ que atuam na proteção do entorno em eventos de lançamento de foguetes (FIORI; PADULA; VATER, 2013). Desse modo, além das questões de soberania e de proteção da população francesa vivendo nessa possessão, a França deve assumir as responsabilidades inerentes à sua presença nessa complexa região.

A Guiana Francesa é uma região ultramarina que funciona como uma fronteira externa da UE, compreendendo o domínio de um país europeu na América do Sul, posicionada muito próximo à Amazônia, desfrutando também desse bioma. Dessa forma, pode ser utilizado segundo os interesses franceses e de suas alianças militares, na eminência de conflitos ou da necessidade de acessar recursos estratégicos para os seus interesses vitais ou de seus aliados (FIORI; PADULA; VATER, 2013).

A França mantém na Guiana Francesa uma presença militar constituída por unidades e meios das três forças singulares, composta por um efetivo de aproximadamente 2.100 combatentes. A Marinha Francesa também marca presença por meio de dois navios-patrolha da classe P400, e duas embarcações da Polícia Marítima Francesa que operam baseadas em *Dégrad des Cannes*, nas proximidades de Caiena (SILVA, 2018). A Marinha tem suas operações voltadas, prioritariamente, para a fiscalização do mar territorial e águas jurisdicionais, o combate à pesca ilegal, além de oferecer proteção marítima ao centro espacial que é utilizado como base de lançamento de foguetes e está situado na cidade de *Kourou*.

9 Dégrad des Cannes é o principal porto do Departamento de ultramar francês da Guiana Francesa, estando aberto para o Caribe e localizado no estuário do Rio *Mahury*.

10 Para evitar que qualquer ameaça aérea atrapalhe o lançamento, a Força Aérea e Espacial Francesa programa uma operação de segurança aérea sempre que um lançador no centro espacial transporta para a órbita um sistema com uma aplicação militar.

Portanto, em situação de crise ou conflito na bacia do Atlântico ou no Atlântico Sul, o departamento ultramarino proporcionaria à França a capacidade de: 1) fechar a foz da Bacia Amazônica, que deságua no Oceano Atlântico e é controlada pelo Brasil; 2) projetar-se para a Amazônia; 3) limitar a passagem entre o Atlântico Norte e o Atlântico Sul; 4) projetar poder, também, a partir da costa ocidental da África, onde goza de influência imperial histórica (FIORI; PADULA; VATER, 2013 p. 53). Vale lembrar que no passado houve um conflito emblemático entre Brasil e França, que ficou conhecido popularmente como a Guerra da Lagosta, tendo sido travado em decorrência da captura ilegal de lagostas no litoral do nordeste do Brasil (LESSA, 1999).

Nesse contexto, observa-se que apesar de a Guiana Francesa não ter acordos na área de defesa com o Brasil, a França dispõe de importantes resoluções que firmam compromisso no que se refere à cooperação no domínio da defesa e ao estatuto de suas forças, visando à concessão de benefícios recíprocos para suas Forças Armadas e também para pesquisa e desenvolvimento. Um desses acordos foi feito em Paris, em 29 de janeiro de 2008, e assinado pelos seus respectivos ministros da Defesa à época, Nelson Jobim pelo Brasil e Hervé Morin pela França (FERNANDES, 2008).

Além disso, antes desse evento entre os ex-ministros, Jobim havia se encontrado com o então presidente francês, Nicolas Sarkozy (2007-2012), para discutir as bases dessa parceria, que previa a transferência de tecnologias para a construção de submarinos nucleares de defesa e helicópteros no Brasil, além da capacitação de soldados e exercícios militares conjuntos. Segundo Violante (2017), o advento do pré-sal, durante o governo do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), beneficiou a Marinha do Brasil (MB) quanto à captação maior de recursos para serem aplicados em defesa, o que proporcionou a inclusão do Programa de Desenvolvimento de Submarinos (PROSUB) no Programa de Aceleração de Crescimento (PAC)¹¹, desviando-se, assim, dos contingenciamentos de rotina do governo federal.

Ademais, a opção por investir em peso no PROSUB configurou-se em uma estratégia acertada, pois aumentará a capacidade de negação do uso do mar e colocará o Brasil dentro do seleto grupo de detentores dessa tecnologia, atuais membros do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), com exceção da Índia (VIOLANTE, 2017). O

11 Programa do Governo Federal brasileiro que versava sobre um conjunto de políticas econômicas planejadas para os quatro anos seguintes, tendo por objetivo acelerar o crescimento econômico do Brasil, priorizando investimentos em infraestrutura, com o seu lançamento tendo sido realizado em 28 de janeiro de 2007.

programa tem por meta a produção de quatro submarinos convencionais, que serão incorporados à frota de cinco submarinos já existentes, tendo em seu ápice a fabricação do primeiro submarino brasileiro movido a propulsão nuclear.

A força terrestre é constituída pelo 9º Regimento de Infantaria da Marinha, com as tropas situadas no distrito de Caiena, na cidade de *Saint Jean du Maroni*, local de uma antiga colônia penal. Essa tropa tem a missão de atuar em proveito das forças terrestres na Guiana, além de garantir o exercício da soberania francesa, sendo responsável pela região de fronteira com o Suriname. Além desse, há o 3º Regimento de Infantaria Estrangeiro, que tem por missão a proteção do centro espacial de *Kourou*, e pela região de fronteira com o Brasil (MARQUES, 2014).

Complementando esse aparato, localiza-se próxima ao aeroporto civil de Caiena a Base Aérea 367 (criada em 2002), que provê o suporte para as operações da Força Aérea francesa, e que concentra nessa base o Esquadrão de Transporte 68, tendo como meios operativos três aeronaves CASA CN 235, cinco helicópteros Puma e quatro helicópteros *Fennec* (SILVA, 2018). Além disso, o desenvolvimento do programa espacial europeu e o desenvolvimento das instalações de *Kourou* tornaram cada vez mais imperativos aumentar as capacidades das forças armadas francesas na Guiana.

3.3 O patrimônio natural da França na Amazônia

Percebe-se que há uma preocupação militar com a preservação do patrimônio natural da França na Amazônia. A mineração ilegal, principalmente a extração e o contrabando de ouro na região é um problema que vem sendo enfrentado de forma ativa por parte do efetivo terrestre das forças armadas na Guiana Francesa. Nesse contexto, o Parque Amazônico da Guiana é o maior parque nacional da França que tem a missão de proteger parte da floresta amazônica localizada na Guiana Francesa, sendo também o maior parque da UE e um dos maiores parques nacionais do mundo.

Dessa forma, por ser um parque nacional, tem em sua zona principal a exploração restrita em sua quase totalidade, não sendo, portanto, uma preocupação ali a mineração industrial. Todavia, o garimpo ilegal é uma ação que aflige, pois segundo relatórios do parque, esta é a principal ameaça à unidade e alvo de fiscalização prioritário. Dados mostram picos de pontos de garimpos ilegais detectados no parque em períodos recentes, com destaques para agosto de 2017 (177) e janeiro de 2018 (171) (ALVIM, 2019).

Em 2017, segundo Alvim (2019), ocorreram 112 operações de combate ao garimpo ilegal no parque, sendo que 50 delas foram realizadas com parcerias entre a *Gendarmerie* (força policial subordinada ao Ministério da Defesa) e as Forças Armadas da Guiana Francesa, além da participação da Legião Estrangeira Francesa. No parque e além deste, as Forças Armadas e órgãos do governo têm uma operação especificamente dedicada ao combate à referida atividade no território da Guiana Francesa, denominada de *Harpie*.

Marques (2014) infere que o Programa Operacional “Amazônia”, que trata de cooperação transfronteiriça financiado pela UE, expõe as principais diretrizes que orientaram as relações da Guiana Francesa com os países limítrofes entre os anos de 2007 e 2013. O programa determina que a cooperação territorial do departamento favoreça a interação transfronteiriça, transnacional e inter-regional, para que os países vizinhos contribuam de maneira efetiva para que a Guiana consiga se desenvolver.

Esse programa enfatiza que, a despeito das diferenças econômicas e sociais que possa haver entre os países limítrofes, que é necessário um entendimento comum dos territórios transfronteiriços entre a Guiana e o Brasil, e entre a Guiana e o Suriname. Nesse contexto, em assuntos relacionados com a segurança e defesa, observa-se que a cooperação com os entes amazônicos é um fator crucial da política francesa para o Departamento Ultramarino da Guiana, particularmente com o Brasil (FRANÇA, 2010 *apud* MARQUES, 2014).

Ademais, após a Conferência ECO-92 ou RIO-92, Conferência Mundial sobre o Meio Ambiente que foi organizada no Rio de Janeiro, em 1992, a necessária proteção e a valorização da biodiversidade amazônica e das populações indígenas que vivem na Guiana, são vistas como formas de afastar conceitos negativos que foram criados em relação à ex-colônia francesa na América do Sul (MARQUES, 2014).

3.4 O Centro Espacial Guianês (CGS)

Ao se fazer uma rápida análise na geopolítica Sul-Americana, observa-se que a Guiana Francesa é a única entidade política no mapa da América do Sul que não é independente, considerada como a maior fronteira terrestre da França, fazendo parte da UE em plena floresta amazônica e tendo a base de lançamento espacial de *Kourou* como a sua maior atividade econômica.

Marques (2014) assevera que em meados da década de 1960, começou a ser elaborada uma nova memória metropolitana positiva da Guiana com a construção do Centro

Espacial Guianês (CSG), situado na cidade de *Kourou*. Afirma ainda, que a criação do CSG estimulou uma inédita imigração espontânea no departamento, em nível interno e externo, que culminou por reverter o seu histórico déficit demográfico. Além disso, o sucesso do Programa *Ariane*¹² de lançamento de foguetes da Agência Espacial Europeia é motivo de grande orgulho para os franceses, conferindo ainda mais valor político, econômico e estratégico à Guiana Francesa.

A proximidade da Guiana Francesa de cerca de 500 quilômetros ao norte da linha do Equador, permite a utilização de veículos lançadores de satélites de forma economicamente competitiva, valendo-se dessa posição geoestratégica. E como um dos centros espaciais mais importantes da Europa, *Kourou* é administrado conjuntamente pela Agência Espacial Europeia (ESA), o Centro Nacional Francês de Estudos Espaciais (CNES) e a empresa *Arianespace* (CAPP, 2021). A Guiana Francesa, apesar de ter uma densidade populacional baixa, com cerca de 260 mil habitantes, tem grande relevância na corrida espacial para os europeus e para o mundo.

Segundo Cappa (2021), foi do CGS que o James Webb, o maior telescópio espacial da história, decolou a bordo do foguete *Ariane 5*. Ademais, foram de lá que ocorreram alguns dos lançamentos mais importantes de *Kourou*: o primeiro deles (1968); o lançamento do foguete Europa 2 (1971); o *Ariane 1* (1979); o *Soyuz* (2011) e o *Vega* (2012).

Silva (2018) afirma que a Agência Espacial Europeia (ESA) é a principal cliente do CSG, entretanto, a Ucrânia, a Rússia, o Japão e a China já realizaram lançamentos de seus respectivos foguetes *Zénith*, *Soyuz*, H2 e Longa Marcha e, como usuários, também pagam para utilizar as instalações do Centro. Nessa mesma direção, o Brasil também se apresenta como um cliente em potencial do CSG, tendo lançado em maio de 2017, o primeiro satélite geoestacionário brasileiro, destinado a comunicações, incluindo aquelas da área de defesa (SILVA, 2018).

3.5 A internacionalização da Amazônia e os movimentos de autonomia administrativa

A internacionalização da Amazônia preocupa, e, segundo Marques (2014), há na percepção castrense uma cobiça de muitos anos pelo imenso patrimônio natural e cultural dessa imensa região amazônica, sendo que as agendas ambientais e humanitárias dos países

¹² Ariane é a denominação de uma série de veículos de lançamento europeus, em especial, da Agência Espacial Europeia.

industrializados e das organizações não governamentais transnacionais, disfarçam suas reais intenções, visando ao controle das riquezas lá existentes.

Nesse contexto, surgiu uma nova estrutura normativa internacional no período pós-Guerra Fria, fazendo uso de conceitos como a Segurança Humana e a Responsabilidade de Proteger, onde desastres e fatores ambientais são apenas uma das molduras em que as intervenções de cunho humanitário têm ocorrido e sido justificadas classificando países em categorias de Estados fortes, fracos ou falidos¹³, de modo a, muitas vezes, atender os interesses de uma restrita comunidade internacional. No entanto, é possível encontrar exemplo de Estado forte que passou por uma situação de desastre ambiental, no qual não houve intervenção (MARRONI, DE CASTRO, VIOLANTE, 2018).

A França está entre alguns dos Estados que aventaram a possibilidade de internacionalização da Amazônia brasileira, sem, contudo, mencionar a inclusão da sua parte desse bioma na discussão, visto que o controle é da Guiana Francesa, que tem em seus domínios o Parque Amazônico da Guiana, como já tratado neste trabalho.

Outro tema relacionado à Guiana Francesa e seu *status* de departamento ultramarino da França, refere-se à questão da autonomia e eventualmente da sua independência. Clavak (2019) infere que, por consequência da estagnação econômica mundial, foram sustados os investimentos na economia de um modo geral, assim como no desenvolvimento do Centro Espacial *Kourou*. As taxas de desemprego aumentaram, levando a um enfraquecimento dos movimentos reivindicatórios, piorados com a crise mundial do socialismo.

No referendo realizado em 2010, os eleitores da Guiana Francesa foram consultados a responder apenas “Sim ou Não”, atinente à questão de concordar com a transformação da Guiana em uma comunidade ultramarina, com uma organização particular e que levasse em conta os seus próprios interesses no governo francês. No contexto apresentado, os resultados oficiais do referendo computaram uma participação de 48,16% do eleitorado, tendo sido respondido “Não” por 70,22 % dos eleitores, isto é, houve uma recusa de maior autonomia administrativa e política (SILVA, 2018).

3.6 Algumas considerações da Seção 3

13 As ainda chamadas “grandes potências” passaram a se valer da intervenção humanitária de maneira mais frequente, tanto no seu entorno regional, quanto em áreas de interesse no campo da Segurança Internacional.

A Guiana Francesa caracteriza-se por ser uma ex-colônia na qual a França mantém permanentemente um contingente militar, principalmente terrestre, com capacidade de projetar poder em intervenções pontuais tanto na região do Caribe quanto na América do Sul, em caso de hostilidades. Por sua vez, o CGS em *Kourou* abaliza ainda mais o valor político, econômico e estratégico que a Guiana Francesa representa, elevando a importância desse departamento ultramarino para os interesses franceses e de seus aliados.

Entretanto, em análises futuras não deve ser ignorada a possibilidade de que possa ocorrer um movimento mais contundente em prol de maior autonomia e até mesmo de independência da Guiana Francesa em relação a sua metrópole colonial. Essa possibilidade, caso venha a ocorrer, vai demandar um desafio futuro para a visão brasileira de defesa regional, uma vez que o Estado brasileiro tem como princípio constitucional regulador da sua política externa, a autodeterminação dos povos¹⁴.

Nesse caso, deverá tomar posição e decidir qual o caminho a ser tomado, tendo que escolher entre o apoio a um movimento dessa natureza e o apoio aos interesses da França, país que se apresenta como um dos principais parceiros do Brasil na área de defesa, atualmente.

4 OS DESAFIOS PARA A LIDERANÇA REGIONAL DO BRASIL NA AMÉRICA DO SUL

O Reino Unido, em função da questão das Ilhas Malvinas com a Argentina, permanece sendo um foco de tensão que deve ser considerado no Atlântico Sul, ainda mais que este conflito pode ser revitalizado com a saída dos britânicos da UE. Assim, compreende-se que a presença militar do Reino Unido cria a expectativa de que possam ocorrer operações e manobras militares nessa região.

A disputa pela soberania das ilhas não é recente, e desde o século 19 a Argentina e o Reino Unido disputam a soberania desse arquipélago sendo que, atualmente, os britânicos detêm o seu domínio. Entretanto, os argentinos contam com apoio do Brasil e de outros países Sul-americanos para retomar as discussões sobre o tema.

Por sua vez, a França goza do privilégio geoestratégico da utilização em comum com países da comunidade europeia do CGS, o que evidencia a necessidade de manutenção de presença militar na região. Além disso, a UE possui em seus espaços geopolíticos uma

14 Previsto no art. 4º, inciso III, da Constituição da República Federativa do Brasil (1988).

porção da Amazônia, por intermédio dos franceses, o que tem gerado apreensão em virtude dos ativismos de ambientalistas de outros países, quanto à necessidade de proteção internacional dessas áreas de elevado interesse estratégico.

Dessa forma, são abordados nesta Seção os desafios que o Brasil enfrenta como potência média, periférica e de projeção regional, que busca se consolidar no continente Sul-americano e em seu entorno estratégico.

4.1 A importância da Amazônia e do Atlântico Sul para a Defesa Nacional brasileira

O Brasil é considerado um país com dimensões continentais, uma vez que apresenta uma extensão territorial de 8.514.876 km², além de constituir fronteiras com 10 países, assim como dispõe de uma área de cerca de 5,7 milhões de km² de Águas Jurisdicionais Brasileiras (AJB)¹⁵. De acordo com os Artigos 76 da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM), o Plano de Levantamento da Plataforma Continental Brasileira (LEPLAC), que é um programa do governo brasileiro, permitirá que o Brasil incorpore uma extensa área além das 200 milhas marítimas, denominada Plataforma Continental Estendida (PCE), a partir das linhas de base, possibilitando ao Brasil exercer direitos de soberania para efeitos de exploração e aproveitamento de seus recursos minerais, e outros recursos não-vivos do leito do mar e de seu subsolo.

A legislação brasileira dispõe de um conjunto de publicações oficiais relativas à política e à estratégia de defesa, como o Livro Branco de Defesa Nacional (LBDN) e a Política Nacional de Defesa (PND), que são elaboradas pelo poder executivo e aprovadas pelo legislativo, tendo a previsão de revisões periódicas e a participação de políticos, militares, acadêmicos, diplomatas e outros representantes da sociedade civil (SILVA, 2018).

O setor de defesa de um país condiciona uma série de dispositivos econômicos, diplomáticos e de caráter militar, cuja organização e execução repercutem não somente em nível interno, mas também para toda a comunidade internacional. Ademais, o conhecimento e a transparência a respeito dos objetivos e políticas de um país atinentes a Defesa Nacional, são elementos fundamentais para o estabelecimento de relações de confiança entre diferentes Estados nacionais e entre sociedade e governo.

15 No LBDN a AJB é compreendida como as águas interiores e os espaços marítimos nos quais o Brasil possui jurisdição sobre atividades, pessoas, instalações, embarcações e recursos naturais vivos e não vivos, para fiscalização nos limites da legislação internacional e nacional, compreendendo a faixa de 200 milhas marítimas contadas a partir das linhas bases, acrescidas das águas sobrejacentes à extensão da Plataforma Continental além das 200 milhas marítimas, onde ela ocorrer (BRASIL, 2020a).

Nesse contexto, Silva (2018) explicita os instrumentos de esclarecimento e divulgação das atividades de defesa no Brasil, que tratam dos temas acima mencionados, que também regem e dão as diretrizes sobre o que fazer e como fazer em relação aos produtos ligados à defesa da soberania nacional, quais sejam: o Livro Branco de Defesa Nacional (LBDN), a Política Nacional de Defesa (PND) e a Estratégia de Defesa Nacional (END). Além disso, as atualizações destes três documentos atendem à determinação da Lei Complementar nº 97/1999, que obriga o governo a enviá-las, de quatro em quatro anos, desde 2012.

Conforme exposto na atualização da PND, este documento expressa os objetivos a serem alcançados, com o propósito de assegurar a Defesa Nacional:

A PND é o documento condicionante de mais alto nível para o planejamento de ações destinadas à defesa do País. Voltada prioritariamente para ameaças externas, estabelece objetivos para o preparo e o emprego de todas as expressões do Poder Nacional, em prol da Defesa Nacional (BRASIL, 2020c, p. 7).

Assim, como previsto em lei complementar, esses documentos foram atualizados recentemente, demonstrando a manutenção e preocupação do governo brasileiro em ditar as regras no âmbito de defesa, o que começou, mais assertivamente, em meados dos anos 1990. Desse modo, a PND e a END apontam a Amazônia, junto com o Atlântico Sul, como um dos espaços de grande interesse brasileiro para a segurança e defesa, o que justifica a presença de maiores efetivos militares e o emprego da força militar em caso de conflito armado nessas regiões.

Ademais, a PND traz em um de seus fundamentos: “Nesse sentido, sem desconsiderar a esfera global, estabelece como área de interesse prioritário o entorno estratégico brasileiro, no qual estão inclusos a América do Sul, o Atlântico Sul, os países da costa ocidental africana e a Antártica” (BRASIL, 2020c, p. 11).

Essa prioridade se justifica pela região apresentar grande concentração de recursos e oportunidades, mas também porque estão presentes outras potências com seus próprios interesses e conflitos, concomitante a alianças e apoios nos Estados desse mesmo entorno estratégico (FIORI; PADULA; VATER, 2013)

No LBDN atualizado, aprovado¹⁶ junto com a PND e a END pelo Senado Federal,

16 Após a apreciação e a aprovação pela Câmara de Deputados Federais, deverá seguir para sanção do Presidente da República.

em 02 de junho de 2022, tendo sido encaminhado para análise pela Câmara de Deputados, está previsto que o Brasil tem especial interesse na paz e segurança do Atlântico Sul, assim como afirma que o oceano Atlântico possui áreas estratégicas de grande interesse e de vital importância para o comércio mundial e nacional. Desse modo, dá especial atenção para a construção de um ambiente cooperativo no Atlântico Sul, sob a égide da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS)¹⁷, “estendendo-se a temas ambientais e de sustentabilidade” (BRASIL, 2020a, p. 17).

4.2 Situação geopolítica do Brasil no Atlântico Sul

O Atlântico Sul tem significativas reservas de recursos naturais, que tem crescido aos olhos de um mundo carente pela escassez desses elementos, além de ser uma fonte importante de recursos econômicos, assim como uma via de intercâmbio comercial e um meio de projeção de poder, que pode ser exercido por meio da cooperação ou da coerção. (FIORI; PADULA; VATER, 2013). Além disso, o objetivo da proteção e integração da Amazônia verde, que versa na PND (BRASIL, 2020c), é um exemplo do que se pode relacionar com o controle de áreas marítimas, tarefa básica do Poder Naval, contida na END (BRASIL, 2020b).

Observou-se que a última atualização da PND continua a apontar para a América do Sul, assim como para o Atlântico Sul como regiões estáveis atualmente, sem graves conflitos interestatais e com possibilidade de crescente cooperação regional. No entanto, o documento traz a ressalva de que o Brasil exerce completa e exclusiva soberania¹⁸sobre seu território, seu mar territorial e o espaço aéreo sobrejacente, não aceitando qualquer forma de ingerência externa em suas decisões, podendo utilizar o Poder Nacional em caso de evolução para uma situação de conflito, com ênfase na expressão militar (BRASIL, 2020c).

Cabe mencionar, entretanto, que os cenários internacionais e regionais apresentados em edições anteriores da PND, traziam a estabilidade regional identificada como um dos Objetivos Nacionais de Defesa (OND) do Estado brasileiro, tendo sido mantido esse objetivo na atual: “Contribuir para a estabilidade regional e para a paz e a segurança internacionais”. (BRASIL, 2020c, p. 25). Assim, como forma de sintetizar essa observação, infere-se que a estabilidade regional faz parte da proposta de defesa do Estado brasileiro

17 A ZOPACAS é um foro de diálogo e cooperação entre nações Sul-americanas e africanas voltadas para as águas do Sul do Oceano Atlântico, tendo sido criada em 27 de outubro de 1986 a partir de uma iniciativa do Brasil, com o intuito de promover a cooperação regional, manutenção da paz e da segurança no entorno dos países que concordaram com o projeto.

18 A soberania é o primeiro fundamento citado no art. 1º da Constituição Federal brasileira (1988).

para a América do Sul e para o Atlântico Sul (SILVA, 2018).

Além disso, em suas finalidades a PDN e a END explicitam que o país experimenta, já há algum tempo, um período livre de conflitos e tensões, sem que tenha sido observado consequências diretas com o nosso território e à nossa soberania nacional. Assim, a falsa sensação de segurança que fica para as pressões externas é de que o Brasil está livre de sofrer qualquer ameaça, pois elas não existiriam mais (ROCHA, 2016). Todavia, pode ser um pensamento imprudente por parte da sociedade brasileira, uma vez que com potencial que o Brasil tem, sempre haverá possíveis antagonismos, pondo em evidência seus interesses e a sua soberania em qualquer tempo.

Nesse contexto, Luís (2016) assevera que o conflito pela soberania das Ilhas Malvinas resultou no estabelecimento de uma concepção de estratégia marítima voltada, prioritariamente, para os interesses regionais, na qual a defesa do Atlântico Sul ficaria sob a égide dos países componentes da região. No entanto, observa-se que somente houve a necessidade da geração dessa estratégia marítima, porque o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR)¹⁹ perdeu a sua importância quando os Estados Unidos da América (EUA) ficou do lado do Reino Unido, seu aliado na Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN)²⁰, não apoiando a Argentina no conflito, membro do primeiro.

Segundo Tossini (2021), o Reino Unido tem uma relação especial com os Estados Unidos, que se estende desde a Segunda Guerra Mundial, tendo permanecido como um aliado importante para os interesses americanos, principalmente quando relacionado a apoio naval. Essas condições contribuem para manter o país como o principal parceiro dos norte-americanos, o que foi evidenciado pelo apoio de Washington ao Reino Unido durante a Guerra das Malvinas, não levando em consideração o TIAR (MELLO, 1996 *apud* TOSSINI, 2021).

O litígio pela soberania das Ilhas Malvinas deu origem à produção de uma estratégia marítima direcionada aos interesses regionais, na qual a defesa do Atlântico Sul ficaria sob a égide dos países da região (LUÍS, 2016). Visando priorizar, de fato, os interesses regionais, o Itamaraty²¹, ao longo dos anos 1980, procurou obter o consenso internacional

19 Assinado na Conferência do Rio de Janeiro (1947), esse pacto de segurança coletiva estabelece que um ataque armado por qualquer outro país contra um Estado americano será considerado como uma ação contra todos.

20 É uma organização intergovernamental constituída por 30 países, tendo por objetivo a ajuda mútua em assuntos políticos e militares.

21 É um órgão do Poder Executivo que tem por função prestar assessoria ao Presidente da República na formulação e execução da política externa brasileira.

para legitimar tal política, realizando ações diplomáticas junto aos países da América do Sul e da África, de modo viabilizar a aprovação que declarou o Atlântico Sul como uma Zona de Paz e Cooperação (ZOPACAS), por meio da Resolução 41/11 de outubro de 1986 (PENHA, 2011, *apud* LUÍS, 2016).

A PND afirma que potências externas têm marcado presença e influência nas áreas da América do Sul, Atlântico Sul, Antártica e países africanos vizinhos do Atlântico Sul. No que diz respeito às áreas afetadas ao Atlântico Sul, observa-se “o crescimento de ilícitos transnacionais, pesca predatória, crimes ambientais e a presença de países que dela não fazem parte e que, o entanto, possuem interesses na região. Assim, as expressões do Poder Nacional devem estar adequadamente capacitadas para fazerem valer os interesses nacionais” (BRASIL, 2020, p. 17). Nesse contexto, percebe-se que das estruturas multilaterais que tratam das relações do Brasil com países do Atlântico Sul, a ZOPACAS emergiu como o mais importante fórum de discussão para cooperação em temas relacionais ao oceano.

Por outro lado, bilateralmente, o país também tentou capacitar e fomentar o desenvolvimento dos países do Atlântico Sul. No entanto, constata-se que não são relações sem interesse, afinal, muito da cooperação bilateral também estimula o próprio desenvolvimento econômico brasileiro. Entretanto, iniciativas brasileiras buscam a estabilidade no Atlântico Sul, porque se observa que praticamente todo o comércio exterior do Brasil passa por rotas marítimas nessa região, sendo, assim, indesejável a instabilidade nessa parte do oceano.

Corroborando essa conjectura, Aguilar (2013) afirma que enquanto o Atlântico Sul no período da Guerra Fria, buscou preparar as forças navais para uma situação de defesa das Américas, hoje essa área tem para a política externa do país importante função estratégica e de sustentação para a inserção internacional do Brasil. Assim, desde a década de 1970, o Brasil tem firmado inúmeros acordos com países africanos localizados na costa ocidental do continente, que abrangem além das áreas econômica, política e tecnológica, também os campos de segurança e defesa.

4.3 Reino Unido e França – os desafios para o Brasil no seu entorno estratégico

No âmbito regional, observa-se que a extensão territorial, o poder econômico e o poder militar são fatores que concorrem para que o Brasil seja considerado uma potência média, periférica e de projeção regional na América do Sul. Segundo Bragatti (2015), ao se

fazer uma rápida análise geográfica da América do Sul, pode-se observar a complexidade das diferentes vocações geopolíticas de cada um dos países do continente, tendo o Brasil como o maior país e possuidor de metade do território da região, além de ser detentor de uma vocação continental, com a qual projeta influência para os outros países vizinhos.

Percebe-se, também, que a convergência de interesses é um fator que contribui para o estabelecimento da cooperação entre os países do continente Sul-americano, o que poderá consolidar uma confiança mútua e a execução de projetos de defesa, visando ao desenvolvimento de estratégias para a solução de problemas comuns. Entretanto, é preciso considerar que alguns aspectos, como a produção de hidrocarbonetos e recursos a serem explorados, podem alterar o quadro de relativa paz no Atlântico Sul para uma situação de crise, caso as grandes potências julguem que os países próximos às suas possessões ultramarinas não tenham condições de resolver as questões de segurança, e venham a prejudicar seus interesses econômicos e estratégicos na região (SOUZA, 2017).

Ainda que litígios territoriais existentes no Atlântico Sul estejam sendo tratados em instâncias internacionais de forma pacífica, não se deve esquecer das lições aprendidas no passado, como a questão das Ilhas Malvinas, que mostram a importância e necessidade do Brasil incrementar esforços atinentes à Defesa Nacional, de modo a estar pronto para dissuadir qualquer ameaça, seja estatal, transnacional ou inserida na conceituação de “novas ameaças”, da possibilidade de subjugar a soberania marítima nacional, quaisquer que sejam esses interesses.

A atual PND estabelece como área de interesse prioritário o entorno estratégico brasileiro e, dessa forma, considera a “América do Sul, o Atlântico Sul, os países da costa ocidental africana e a Antártica” como uma área prioritária para os interesses nacionais (BRASIL, 2020c, p. 11). Nesse cenário, o Brasil possui três ilhas atlânticas e tem importante projeção sobre o território da Antártida. Entretanto, o Atlântico Sul coloca um problema estratégico complicado à projeção de poder do Brasil, uma vez que desde o século XIX está sob o controle incontestado do Poder Naval britânico e norte-americano (FIORI; PADULA; VATER, 2013).

Carvalho (2016) entende que a política externa dos países da América do Sul, em especial o Brasil, é favorável à reivindicação da Argentina em relação à soberania das Ilhas Malvinas, Sandwich do Sul e Geórgia do Sul, tendo sido reiterada a posição brasileira em 2019, por ocasião da visita do presidente Jair Bolsonaro a Buenos Aires (BRASIL, 2019).

Esse litígio, ainda sem resolução definitiva, é considerado como o principal ponto de discórdia que envolve um país exógeno no Atlântico Sul, o Reino Unido, o que leva a OTAN a manifestar-se explicitamente no sentido de assegurar o controle dessa área para preservar o interesse nas riquezas a serem descobertas, e conseqüentemente, exploradas pelos seus entes (CARVALHO, 2016). Essas ingerências de potências exógenas representam entraves às pretensões brasileiras de maior protagonismo no Atlântico Sul.

Além desse conflito elencada que envolve o Reino Unido e a Argentina, para como desafio à sua condição de potência média regional a situação da Amazônia Legal, que pode acarretar a projeção de potências extrarregionais como a França, que tem em seu quintal uma porção da floresta amazônica, por meio da Guiana Francesa. Ademais, essa projeção extrarregional pode ser consumada por intermédio de interesses articulados com países Sul-americanos, na intenção de alcançar acesso privilegiado aos seus recursos naturais (FIORI; PADULA; VATER, 2013).

No entanto, Marques (2014) assevera que especialmente após o estabelecimento da parceria estratégica em 2008, os franceses consideram o Brasil como um cliente importante para os seus produtos de Defesa. Assim sendo, mais do que um aliado inevitável no combate às “novas ameaças” que afloram na Amazônia, o Brasil também se configura como um eventual parceiro em projetos que envolvem alta tecnologia e temas relevantes de segurança e defesa. Além disso, as discrepâncias socioeconômicas regionais, o potencial econômico com as suas riquezas naturais e a conjuntura geopolítica internacional alertam para a necessidade de ocupação, desenvolvimento e efetiva integração da Amazônia (FIORI; PADULA; VATER, 2013).

Além da questão amazônica, a importância da Guiana Francesa recebe destaque a partir do momento em que ratifica a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CDNUM), o que lhe possibilitou o direito de exploração dos recursos marítimos da região.

Silva (2018) aventa outro ponto pertinente em relação à Guiana Francesa e seu *status* de departamento ultramarino da França, que diz respeito à questão da autonomia e eventualmente independência, porque, ainda que incipiente, existe um movimento político que defende a efetiva independência da Guiana.

Entretanto, a França promoveu um referendo em 2010, a fim de verificar se a população desejava maior autonomia política e administrativa, buscando demonstrar que não age como uma metrópole colonial no sentido clássico da palavra. Essa possibilidade

pode se constituir em um desafio para a visão brasileira de defesa regional, assim como o é em relação ao Reino Unido, atinente a “autodeterminação dos povos”, pois tem a difícil missão de se posicionar entre o apoio a um movimento de independência e o apoio aos interesses da França, com o peso de que este é um dos seus principais parceiros na área de defesa (SILVA, 2018).

4.4 Algumas considerações da Seção 4

A despeito das situações elencadas, o Brasil tem participado de exercícios militares com os EUA e já celebrou contratos de aquisição de navios de guerra com o Reino Unido. Entretanto, na atualidade, a parceria com a França é mais intensa que com esses importantes atores do sistema internacional, pois inclui celebração de contratos com assistência no Programa de Desenvolvimento de Submarinos (PROSUB), e elevado nível de transferência tecnológica²².

Isso, por si só, já evidencia que a posição brasileira não é de se contrapor a esses países, e tampouco criar animosidades, apesar de ter havido algumas desavenças no passado histórico com essas potências nucleares. O objetivo atualmente é de manter estreito os laços que permeiam os interesses comuns desses Estados em seus assuntos estratégicos.

A questão que fica a respeito da posição brasileira, frente aos desafios e novas ameaças, é se a ZOPACAS possibilitará a superação da condição de esvaziamento de poder no Atlântico Sul, estabelecendo uma presença regional mais efetiva, frente aos interesses estratégicos de grandes potências extrarregionais presentes no Atlântico Sul e no continente Sul-americano. Apesar da diminuição de suas atividades, observa-se a intenção dos Estados-membros de manterem ativo o projeto autônomo de defesa e desenvolvimento da região.

Para tal, a ZOPACAS necessita ser revitalizada, pois, ainda que se questione o seu dimensionamento político, econômico e cultural, ela tem grande importância para o Brasil na construção de soluções diplomáticas e estratégicas, a fim de contribuir para a manutenção da paz entre os Estados Sul-americanos e africanos diante de potências exógenas à região, assim como possibilitar a viabilidade do aumento das medidas de confiança mútua que visem intensificar os mecanismos de cooperação militar, sobretudo na defesa do Atlântico Sul.

22 Não inclui transferência de tecnologia no setor nuclear.

5 CONCLUSÃO

O objetivo deste trabalho foi apresentar uma análise geopolítica do entorno estratégico brasileiro, mais especificamente da região da Guiana Francesa, no continente Sul-americano, e das Ilhas Malvinas, na área do Atlântico Sul. A pesquisa realizada teve como pano de fundo o estudo dos interesses geoestratégicos na região em comento, dentro da perspectiva brasileira como potência média, periférica e de projeção regional. Desse modo, buscou-se evidenciar a presença militar da França e do Reino Unido nessas áreas, assim como analisar os desafios decorrentes dessas duas potências aliadas militares em relação à visão brasileira de defesa para a região.

Constatou-se, inicialmente, que a estratégia brasileira está inserida no conceito do “entorno estratégico”, no qual são elencadas as regiões as quais o país quer exercer sua influência e liderança diplomática, econômica e militar. Nesse escopo, o Brasil tem buscado protagonizar iniciativas regionais que fortaleçam a relação e a unidade geopolítica, na qual as soluções para os problemas sejam resolvidos pelos próprios Estados que compõem a região. Esse é um processo que deve ser levado em consideração nos assuntos de Defesa e Segurança regionais, principalmente nessas áreas onde é evidente a presença militar e estratégica dessas duas potências nucleares pesquisadas.

O estudo buscou, também, identificar e destacar que o Estado brasileiro já tem construída uma perspectiva de defesa para a América do Sul e para o Atlântico Sul. Essa visão, que não contempla a participação de agentes extrarregionais, está consolidada nos principais documentos afetos aos temas de defesa, emanados pelo poder executivo e que são aprovados pelo legislativo brasileiro: a PND e a END. Com base na análise desses documentos, foi possível inferir que a visão de defesa do Estado brasileiro objetiva a manutenção da paz e da estabilidade regional, bem como visa a integração na área de defesa, investindo na aquisição de uma identidade Sul-americana.

Na conjectura a respeito dos assuntos de defesa, está inserida a percepção de que a cooperação contribuirá para a segurança, a autonomia e o desenvolvimento dos países da região. Não obstante, o efeito final desejado em termos de defesa é reduzir as possibilidades de litígios e conflitos militares entre os Estados no entorno estratégico brasileiro. Assim, a estratégia brasileira, ao adotar tal postura para as relações na região, visa garantir a segurança do país e de seus vizinhos, por meio de medidas práticas de defesa,

sendo a cooperação importante para formulação de estratégias militares.

No entanto, esse projeto depende também da França e do Reino Unido, em virtude da presença efetiva em seus territórios no entorno estratégico brasileiro, nos quais estão presentes contingentes militares que causam certa tensão na região. Sendo o caso das Ilhas Malvinas, com a saída dos britânicos da UE, que reacendeu a disputa pela sua soberania. Além disso, as bacias de petróleo descobertas no Atlântico Sul reativaram os interesses da coroa britânica, o que gerou investimentos em defesa no arquipélago, a fim de defender possíveis investidas militares da Argentina, caso esta se disponha a retomar o litígio pela força e não mais pelas vias diplomáticas em foros internacionais.

Do viés francês, há a possibilidade de ocorrerem tensões futuras, em virtude de pairarem ainda no ar movimentos que reivindicam maior autonomia administrativa com relação à metrópole francesa, requerendo que haja um pouco mais de atenção e cautela por parte do Brasil em relação ao desenvolvimento dessas atividades naquele território. Além disso, constatou-se que a presença do CGS em *Kourou* confere um maior valor político, econômico e estratégico a este departamento, visto que beneficia os Estados-membros da UE, assim como outros países que se utilizam daquela base para lançarem os seus próprios foguetes.

Atinente à Amazônia brasileira, foi observado que há a existência de um interesse internacional, assim como o desejo de atores extrarregionais de transformar a floresta amazônica em um espaço público internacional. Nesse cenário, verifica-se que as nossas políticas de defesa estão voltadas para defender a Amazônia de interesses internacionais, assim como discutir a melhor forma de utilizar e proteger o seu bioma e, também, os seus recursos naturais.

Por fim, espera-se que esta pesquisa possa estimular e contribuir para novos estudos sobre a presença militar de atores exógenos potenciais ou reais na região. Além disso, que os desafios aqui apresentados, a respeito da soberania e projeção de poder do Brasil, possam gerar reflexos sobre a visão de defesa do Estado brasileiro para a América do Sul e o Atlântico Sul.

Dessa forma, o Brasil como uma nação aguerrida e grandiosa deve despertar em todos os brasileiros nos assuntos relacionados à Defesa Nacional, a criação de uma consciência estratégica nacional consistente e permanente, permitindo que sejam atingidos os objetivos internacionais planejados para o seu entorno estratégico.

REFERÊNCIAS

AGUILAR, Sérgio Luiz Cruz. Atlântico Sul: As relações do Brasil com os países africanos no campo da Segurança e Defesa. **Seminário Brasileiro de Estudos Estratégicos Internacionais: O Atlântico Sul Como Eixo da Inserção Internacional do Brasil**, p.49-71, 2013.

ALENCASTRO, Luiz Felipe. **O Brexit, as Malvinas e o Atlântico Sul**. UOL, 22 out. 2019. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/blogs-e-colunas/coluna/luiz-felipe-alencastro/2019/10/22/o-brexite-as-malvinas-e-o-atlantico-sul.htm>>. Acesso em: 25 jul. 2022.

ALVIM, Mariana. **Como a França preserva e explora seu pedaço da Amazônia na Guiana Francesa**. BBC Brasil, 01 set. 2019. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-49504990>>. Acesso em: 02 ago. 2022.

ASSIS, José Ferreira de. **A Teoria Geopolítica Clássica de Mackinder validada pelas ações e acontecimentos envolvendo a Rússia na atualidade**. Monografia (Conclusão do Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores). Escola de Guerra Naval, Rio de Janeiro, 2008.

BECKER, Bertha Koiffmann. Geopolítica da Amazônia. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 19, n. 53, p. 71-86, jan./abr. 2005. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/10047>. Acesso em: 22 abr. 2022.

BRAGATTI, Milton Carlos. **Revista da Escola Superior de Guerra**, v. 30, n. 60, p. 7-22, jan./jun. 2015.

BRASIL. Ministério de Relações Exteriores. **Declaração Conjunta Presidencial por ocasião da visita de Estado do Presidente Jair Bolsonaro a Buenos Aires**. 06 de junho de 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/2019/declaracao-conjunta-presidencial-por-ocasio-da-visita-de-estado-do-presidente-jair-bolsonaro-a-buenos-aires>. Acesso em: 29 jul. 2022.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Livro Branco de Defesa Nacional**. Brasília, 2020a. Disponível em: <https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/copy_of_estado-e-defesa/livro_branco_congresso_nacional.pdf>. Acesso em: 03 ago. 2022.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Estratégia Nacional de Defesa**. Brasília, 2020b. Disponível em: <https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/copy_of_estado-e-defesa/pnd_end_congresso_.pdf>. Acesso em: 03 ago. 2022.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Política Nacional de Defesa**. Brasília, 2020c. Disponível em: https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/copy_of_estado-e-defesa/pnd_end_congresso_1.pdf. Acesso em: 03 ago. 2022.

CAPPA, Daniel Gonzales. **James Webb: por que a Agência Espacial Europeia lança seus foguetes da América do Sul**. BBC Brasil, 26 dez. 2021. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-59791569>>. Acesso em: 02 ago. 2022.

CARVALHO, Rogério do Nascimento. Ilhas Malvinas: análise de Segurança e Defesa no Atlântico Sul. **II Simpósio Internacional Pensar e Repensar a América Latina (Anais)**, v. 17, 2016.

CARVALHO, Rogério do Nascimento. **A influência britânica no Atlântico Sul: o caso das ilhas Malvinas**. Dissertação (Mestrado Profissionalizante em Estudos Marítimos). Área de Concentração em Segurança, Defesa e Estratégia Marítima. Escola de Guerra Naval, Rio de Janeiro, 2017.

CARVALHO, Rogério do Nascimento. Vínculos Comerciais do Arquipélago Malvinas e suas Repercussões nos Países da América Latina. **Revista Neiba, Cadernos Argentina Brasil**, v. 9, n. 1, 2020.

CAVLAK, Iuri. O Problema Nacional na Guiana Francesa e a Luta pela Independência. **Revista Novos Rumos**, v. 56, n. 2, p. 89-98, 2019.

CHAGAS, Paulo Victor. **Mercosul repudia exploração de hidrocarbonetos pelo Reino Unido nas Malvinas**. Empresa Brasil de Comunicação. Brasília, 17 jul. 2015. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2015-07/mercosul-repudia-exploracao-de-hidrocarbonetos-pelo-reino-unido-nas>>. Acesso em: 22 jul. 2022.

FERNANDES, Daniela. **Brasil e França lançam aliança militar estratégica**. BBC Brasil. 29 jan. 2008. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/reporterbbc/story/2008/01/080129_jobimsarkozy_df_cg>. Acesso em: 03 ago. 2022.

FIORI, José Luís; PADULA, Raphael; VATER, Maria Claudia. A projeção do Brasil na América do Sul e na África Subsaariana e o controle da Bacia do Atlântico Sul. **In: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos**. Dimensões estratégicas do desenvolvimento brasileiro: Brasil, América Latina e África: convergências, geopolítica e estratégias de integração. Brasília, DF: CGEE, 2013, Volume 3, 288 p.

LESSA, Antônio Carlos. A Guerra da Lagosta e outras guerras: conflito e cooperação nas relações França-Brasil (1960-1964). Cena Internacional. **Revista de Análise em Política Internacional**, Brasília, v.1, n.1, p.110, 1999.

LUÍS, Camila Cristina. Atlântico Sul: perspectiva global e a busca por autonomia regional. **Tensões Mundiais**, v. 12, n. 22, p. 79-112, 2016.

MAHAN, Alfred Thayer. *The Influence of Sea Power Upon History, 1660-1783*. **Boston: Little, Brown, and Company**, 1890. Disponível em: <https://ia902708.us.archive.org/13/items/seanpowerinf00maha/seanpowerinf00maha.pdf>. Acesso em: 19 jul. 2022.

MARRONI, Etienne Vilela; DE CASTRO, Flávia Rodrigues; VIOLANTE, Alexandre Rocha. Securitização do Meio Ambiente: Segurança Humana e Responsabilidade de Proteger para Todos? **Revista da Escola de Guerra Naval**, Rio de Janeiro. RJ. 2018.

MARQUES, Adriana Aparecida. Amazônia Francesa: As percepções militares sobre o departamento ultramarino francês na América do Sul e as possibilidades de cooperação em segurança e defesa na fronteira franco-brasileira. **Revista da Escola Superior de Guerra**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 59, p. 74-87, jul./dez. 2014.

MATTA, Marcos Fernandes Pereira. **O conjugado anfíbio e a edificação do poder marítimo: estudo de caso da Guerra das Malvinas**. Dissertação (Conclusão do Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores). Escola de Guerra Naval, Rio de Janeiro, 2019.

PENHA, Eli Alves. **Relações Brasil-África e geopolítica do Atlântico Sul**. Salvador: EDUFBA, 2011.

REZENDE, Eduardo Pereira de. A influência de Mahan na estratégia naval contemporânea da República Popular da China. Dissertação (Conclusão do Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores). Escola de Guerra Naval, Rio de Janeiro, 2018.

ROCHA, Regivaldo Sena da. **A inserção das Guianas no pensamento estratégico brasileiro: do período colonial ao presente**. Dissertação. (Mestrado). Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Natal-RN. 2016. 115f.

SILVA, Marcos Valle Machado da. Guiana Francesa e Malvinas: a presença Militar da França e do Reino Unido no Atlântico Sul e no continente Sul-americano. **Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais**, Porto Alegre, v.7, n.14, p.112-137, jul./dez. 2018.

SOUZA, Samuel Vieira de. Perspectivas de conflitos no Atlântico Sul: reflexos para a Defesa Nacional. **Informativo Estratégico**. Ano 4. Nº 7. Fevereiro 2017. Brasília. Exército Brasileiro. Estado-Maior do Exército. Centro de Estudos Estratégicos do Exército. 15 p.

TOSSINI, João Vitor. **A presença militar do Reino Unido no Atlântico Sul: os interesses geoestratégicos britânicos na região (1990-2016)**. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - UNESP/UNICAMP/PUC-SP, Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas, São Paulo, 2021.

VIDIGAL, Carlos Eduardo. **Boletim Meridiano 47** vol. 15, n. 143, mai.-jun. 2014 [p. 19 a 27]

VIOLANTE, Alexandre Rocha. A teoria do poder marítimo de Mahan: uma análise crítica à luz de autores contemporâneos. **Revista da Escola de Guerra Naval**, v. 21, n. 1, p. 223, 2015.

VIOLANTE, Alexandre Rocha. **Política externa, política de defesa e cooperação sul-sul como grande estratégia na África Ocidental: um estudo de caso em Cabo Verde e São Tomé e Príncipe**. Dissertação (Mestrado em Estudos Estratégicos) - Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos da Defesa e da Segurança, Instituto de Estudos Estratégicos, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2017.

YANAKIEW, Monica. **Grã-Bretanha vai investir mais de R\$ 1 bilhão na defesa das Ilhas Malvinas**. Empresa Brasil de Comunicação. Brasília, 24 mar. 2015. Disponível em: <<http://www.ebc.com.br/noticias/2015/03/gra-bretanha-vai-investir-mais-de-r-1-bilhao-na-defesa-das-ilhas-malvinas>> Acesso em: 20 jul. 2022.